KRAUSE, D. *Tópicos em ontologia analítica*.
São Paulo: UNESP, 2017.

Tópicos em ontologia analítica de Décio Krause é uma grande contribuição ao ensino de filosofia brasileiro e uma ponte muito firme e larga para cientistas que se interessam por temas filosóficos para adentrarem à área. Ele apresenta diversos temas acerca da ontologia e os trata com uma profundidade considerável, expondo os méritos e problemas de posições defendidas por diversos filósofos envolvidos nos debates clássicos e contemporâneos inseridos na dita tradição analítica e sugerindo uma bibliografia secundária para que o leitor continue sua pesquisa nos temas que considerar relevante. No entanto, o livro não é uma introdução para um público amplo e diverso. Um leitor que não esteja familiarizado com o vocabulário da lógica de primeira ordem (como o próprio autor salienta no prefácio), um mínimo de teoria dos conjuntos e um mínimo de física (diferentemente do que o autor afirma no prefácio) terá dificuldade em acompanhar diversas passagens do livro. O que nos faz pensar que a escolha por não chamar o livro de *Introdução à Ontologia Analítica* ou algo parecido tenha sido bem acertada.

O livro tem demasiado mais méritos do que problemas e por isso creio que seja melhor já nos livrarmos das críticas no início desta resenha. No prefácio, o autor afirma que deixa de tratar de problemas sobre espaço e tempo com mais profundidade, pois a discussão na presente ciência é muito complexa e entrar nessa seara fugiria do caráter introdutório do livro. Como afirmado no parágrafo anterior, o caráter introdutório já havia ficado para trás nos capítulos anteriores, no que concerne ao estado das ciências envolvidas nas discussões dos primeiros capítulos do livro (espaço e tempo são temas do penúltimo capítulo). Sendo assim, acredito que um capítulo sobre espaço e tempo teria sido muito bem-vindo. Talvez uma expansão da discussão Newton-Leibniz sobre a natureza do espaço e discussões sobre a existência e passagem do tempo com uma abordagem do trabalho de McTaggart e seus desdobramentos fossem adições engrandecedoras para uma segunda edição.

Outro tema que poderia integrar uma segunda edição é a ontologia social. As discussões sobre a natureza das instituições, das leis, dos títulos, etc. são temas que ganham cada vez mais relevância nos debates filosófico e público e provavelmente serão os temas "da moda" nos próximos anos, no que concerne à ontologia. O livro com certeza tem material abundante para aqueles com inclinações para as áreas chamadas no Brasil de exatas, mas para quem é de áreas como letras, linguística e direito (que também tem interesse em ontologia), o livro talvez só seja relevante pelo capítulo 3 (que trata de

questões de filosofia da linguagem) e partes dos capítulos 2 e 7 (que tratam de entidades não existentes e ficcionais).

Um ponto muito positivo que permeia todo o livro, mas não tem necessariamente a ver com o conteúdo do livro em si, é a diversidade das menções. São citados filósofos e cientistas de diversas nações (muitos brasileiros), homens e mulheres – como Barcan Marcus, S. Auyang e M. L. Dalla Chiara – de diferentes épocas, o que mostra que os temas abordados no livro não são monopolizados por apenas uma cultura ou uma tradição filosófica como ocorre em tantas áreas. O fato de filósofos latinos como M. Bunge, Chateaubriand e da Costa serem abordados no livro, mostra também que os temas em ontologia já são bem enraizados em nossas escolas de filosofia e que países latinos deixaram suas contribuições no debate. Filósofos da tradição continental – como Heidegger e Husserl – também são citados e sua relevância para o debate é esboçada quando pertinente, mas sem muito aprofundamento, pois esse não é o foco do livro, como foi dito previamente.

Outro ponto positivo é que o mesmo expõe definições e explicações de noções filosóficas complexas de maneira enxuta e ao mesmo tempo rica, de modo que é suficiente para alguém que não teve contato com tais noções ainda tenha um entendimento razoável sobre aquilo que se fala e com conteúdo suficiente para que se levante algumas perguntas sobre o que foi apresentado.

Na introdução (capítulo 1), temos uma breve recapitulação histórica de onde os termos "metafísica" e "ontologia" vêm e quais as relações entre eles. Começando em Aristóteles e passando por autores antigos e medievais de menor estatura – mas sempre deixando claro o porquê da relevância de tal personagem – são apresentadas as etimologias dos termos. Em seguida, o autor dá um salto para autores contemporâneos para explicar o que se entende por ontologia nos dias de hoje, sobretudo no debate da física. Ao explicitar a relevância do que se entende por ontologia para que o debate possa fazer algum sentido, o autor volta à era de ouro da filosofia analítica com Russell, Wittgenstein, Quine entre outros para descrever a dependência que a ontologia tem com a filosofia da linguagem e esboçar os problemas de linguagem que irão acompanhar todo o debate da ontologia do século XX em diante. Krause passa brevemente pelo projeto de eliminação da metafísica proposta pelo círculo de Viena com a intenção de destituir de relevância projetos filosóficos em tradições continentais que pareciam estar perdendo a objetividade do papel da metafísica. Uma causa nobre que, no entanto, falhou miseravelmente, como podemos notar dada a volta da centralidade dos temas metafísicos e ontológicos na filosofia com Quine e Strawson no meio do século XX e culminando nos debates sobre mundos possíveis que são os mais frequentes no cenário atual, propostos por D. Lewis e S. Kripke, entre outros.

A introdução termina num breve resumo em que o autor reafirma que "ontologia", apesar de ter diversos significados, concerne às questões mais gerais sobre aquilo que há. O autor admite também a possibilidade de ontologias diferentes, incompatíveis que concorrem entre si, deixando claro que o livro adotará uma visão relativizada (ou naturalizada, em respeito a Quine).

No capítulo 2 (intitulado "O problema ontológico"), o autor introduz o que chama de "o problema ontológico" através da pergunta que também nomeia o célebre artigo de Quine "Sobre o que há". Para responder tal pergunta, Krause apresenta duas abordagens propostas pelo filósofo argentino Thomas Moro Simpson, a saber, (i) análise da veracidade das frases existenciais negativas e (ii) a análise da existência dos sujeitos gramaticais de sentenças significativas. Para realizar tais abordagens é necessário um instrumental teórico de filosofia da linguagem que Krause introduz de maneira simples e clara passando pelas teorias de denotação de Russell e Meinong.

O capítulo 3 ("Descrições definidas") começa com uma breve exposição da importância de Russell para a lógica e para a filosofia da linguagem, seguindo na discussão do capítulo anterior com a introdução de mais instrumental de filosofia da linguagem, como por exemplo, operador de descrição, o princípio de identidade, intersubstitutibilidade *salva veritate*, a diferença entre enunciados e sentenças e o princípio de indiscernibilidade dos idênticos.

O capítulo termina com uma seção ainda mais técnica onde o autor avalia as mudanças que a inserção do operador descritivo e do épsilon de Hilbert (que é introduzido nesta seção, também) proporcionam a uma lógica de primeira ordem clássica. Além disso, ele aventa a possibilidade de se criar uma lógica meinongiana que dê conta de entidades não existentes e entidades impossíveis com o uso do épsilon de Hilbert em uma lógica paraconsistente.

Munidos então do ferramental necessário, no capítulo 4 ("Ser é ser valor de uma variável"), o livro retorna aos temas da filosofia de Quine por intermédio dos comentários de Oswaldo Chateaubriand Filho. Este afirma que os temas mais relevantes na filosofia de Quine no que concerne à ontologia são: o comprometimento ontológico, a redução ontológica e o critério de identidade; e o capítulo tratará majoritariamente destes temas.

Julgo que este seja o capítulo mais importante do livro, pois ele trata das raízes dos problemas das questões de filosofia da linguagem tratadas nos capítulos anteriores, tocando de fato os pontos nevrálgicos das discussões de ontologia, e permitindo os desdobramentos dos capítulos seguintes em problemas de outras áreas, como por exemplo a Física.

O capítulo 5 ("Lógica e ontologia"), trata da relação e da importância do estudo e desenvolvimento de diferentes lógicas para a ontologia e vice-versa. Nesse capítulo, muito se discute sobre a natureza da lógica, passando pelos trabalhos de Zenão de Eléia, Carnap da Costa entre outros, perguntas sobre a unicidade da lógica e possibilidade de que ela nos diga algo sobre o mundo exterior são tratadas de maneira muito elucidativa.

Questões sobre o que queremos dizer com o uso de nossas expressões lógicas, em especial o quantificador existencial e sobre conjuntos preenchem a maior parte deste capítulo. A discussão sobre conjuntos é relativamente profunda, apresentando – mesmo que brevemente – o sistema ZF e mencionando outros possíveis sistemas e o problema do conjunto de Russel, desembocando novamente na filosofia de Quine por meio da análise da relação entre conjuntos e ontologia por meio dos slogans 'ser é ser valor de uma variável' e 'não há entidade sem identidade', que são analisados pela interpretação da filósofa Ruth Barcan Marcus. Nesse capítulo, o viés naturalista é bem apresentado e defendido pelo autor de maneira bem abrangente e interessante, sempre deixando claro o quão fundamental as nossas escolhas de teorias que sustentam nossas hipóteses são, incluindo a lógica que escolhemos.

Uma qualidade especial que deve ser ressaltada é que a primeira parte do capítulo serve como uma boa recapitulação histórica de como a lógica esteve intimamente ligada a questões metafísicas durante toda a história da filosofia. Bem como serve como uma interessante introdução à história da lógica e ponto de partida para uma pesquisa mais profunda no meio das lógicas não clássicas.

No capítulo 6 ("Ontologia e Física"), as discussões giram em torno de problemas enfrentados por físicos até hoje e que precisam de uma abordagem filosófica para serem resolvidos. Questões como 'com quais tipos de entidades nos comprometeremos?' e 'até onde o modelo padrão pode nos levar?', ilustradas por problemas atuais da mecânica quântica, são apresentadas e explicadas por mais da metade do capítulo. No final do capítulo a discussão volta para a filosofia da linguagem e o autor discute a relevância dos problemas dessa área para a formulação de perguntas e hipóteses para a física. A relação é feita mais clara quando o autor introduz a discussão entre a teoria de substrato e a teoria de pacotes na metafísica.

Questões sobre a noção de identidade permeiam o livro e podem ser consideradas o fio condutor da obra– por isso não comentei especificamente sobre elas durante os outros capítulos –, mas o sétimo e último capítulo ("Ontologia de não-indivíduos") tem como principal tema as questões de identidade – ou da ausência dela. A primeira seção trata dos

comprometimentos ontológicos do físico e como a lógica, a filosofia da linguagem e a teoria dos conjuntos são fundamentais para que isso seja definido. Em seguida, o autor apresenta uma discussão acerca da possibilidade de se trabalhar com entidades que não apresentam critérios de identidade. Uma teoria tradicional da identidade é apresentada na seção seguinte para ilustrar as incongruências entre o que se entende por identidade e os problemas atuais da física. Por fim, o livro termina com uma seção muito interessante de filosofia da ciência explicando como o progresso acontece na ciência e quais questões precisam ser respondidas para que tenhamos fundamentos para os próximos passos na ciência. Estes que são problemas fundamentalmente metafísicos.

A fim de enriquecer a experiência do leitor de tal livro, exponho aqui rapidamente algumas questões acerca do debate sobre o Princípio de Identidade dos Indiscerníveis (PII). No capítulo 4 (p. 88), Krause apresenta o PII com o seguinte enunciado: "*Não é verdade que substâncias possam se assemelhar completamente e diferir somente em número* [solo numero]" (p. 88). Definições alternativas podem ser formuladas: "Se dois indivíduos possuem todas as propriedades exatamente iguais, tais indivíduos são na verdade o mesmo"; ou "É impossível que se *a* e *b* tenham todas suas propriedades coincidindo que *a* não seja idêntico a *b*", entre outras variações que podem ser encontradas em diversos autores. Em seguida, Krause afirma que o debate acerca do PII está encerrado no âmbito da lógica e da matemática, porém permanece vivo na física. Essa afirmação é questionável visto que no começo do século XXI ainda há artigos propondo argumentos contra o PII para entidades matemáticas em teoria dos grafos (por exemplo, os vértices – ou nós – dos grafos)[1] e em 2012 de Clercq publica um artigo defendendo que apenas se adotarmos uma determinada concepção sobre o que são grafos o PII se tornaria falso e essa concepção é – na melhor das hipóteses – opcional. Quase uma década se passou desde então, porém, como bem sabemos, os debates em filosofia costumam precisar de longos anos de distância para que possamos afirmar com alguma precisão qual lado saiu vitorioso (não necessariamente o lado que estava certo) e declarar o debate encerrado.

Por outro lado, Krause afirma – corretamente na minha opinião – que na física o debate acerca do PII segue vivo (p. 187-8). O debate nesse contexto permanece vivo pois a maneira como deve-se interpretar entidades quânticas não é clara e em algumas interpretações o PII parece ser violado, pois algumas partículas subatômicas não idênticas parecem apresentar propriedades, como por exemplo, suas massas, suas cargas e seus *spins*, exatamente similares. Krause aventa a alternativa de se usar uma noção diferente de identidade para

[1] É possível encontrar referências desses artigos na lista de referências de de Clercq (2012).

esse tipo de entidade, porém há outras alternativas na literatura não mencionadas no livro. Muller, em (2015), basicamente defende que quando avalia-se as propriedades de tais partículas acaba-se deixando propriedades relacionais de fora da avaliação. Essas propriedades relacionais seriam suficientes para distinguir uma partícula da outra. Uma alternativa mais específica para o caso de partículas como bósons (emaranhados) é proposta por Hawley (2009), onde ela defende que nesses casos uma violação do PII não se aplicaria, porque essas entidades não são sequer particulares concretos, e o PII deve ser limitado a particulares concretos. Particularmente eu diria que a discussão acerca do PII não permanece aberta apenas na física, pois – assim como na física – os problemas parecem sempre surgir porque não é claro sobre o que o PII está legislando sobre. Além do fato de não ser claro se o princípio deve valer para todos os mundos possíveis ou apenas para o atual, não é claro quais são as propriedades que devem ser levadas em conta na análise dos indivíduos e nem sequer é claro que tipos de indivíduos estão em questão, se são apenas particulares concretos, se entidades imaginárias contam também, entre outras questões que são tratadas no livro e dadas como não encerradas até o momento, como por exemplo, se condições de identidade são condições de distinguibilidade. O debate é amplo e diversas questões apresentadas no livro têm influência direta nas premissas que se irão usar para defender ou atacar o PII.

Concluo reiterando o que afirmei no primeiro parágrafo desta resenha: o livro de Krause é uma excelente contribuição para a comunidade filosófica brasileira que ainda apresenta pouco volume de publicações de livros de filosofia analítica em português em comparação às outras tradições filosóficas. Não haveria como ser diferente sendo ele um dos principais nomes da filosofia analítica no Brasil e nos debates internacionais contemporâneos sobre diversas das questões tratadas no livro. É um livro que deve ser lido e recomendado, sobretudo para estudantes de final de graduação e para cientistas de outras áreas.

Leonardo Gomes de Soutello Videira
PPGFil - UNICAMP

Referências

DE CLERCQ, R. "On some putative graph-theoretic counterexamples to the Principle of Identity of Indeiscernibles". In; *Synthese*, 187, p. 661-72, 2012.

HAWLEY, K. "Identity and Indiscernibility". In; *Mind*, 118, p. 101-9, 2009.

KRAUSE, D. *Tópicos em ontologia analítica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

MULLER, F. A. "The rise of relationals". In: *Mind*, 124, p. 200-37, 2015.

QUINE, W. V. "Sobre o que há". In: *De um ponto de vista lógico*. Tradução de Antônio Ianni Segatto. São Paulo: Editora UNESP, 2010.